

----- **ATA N.º 2/2026** -----

-----Aos vinte e sete dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Miguel da Costa Cunha.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, secretariado pelas Senhoras Deputadas Liliana da Cruz Marques e Hélia Susana Granjal Trindade, na qualidade de primeira e segunda secretárias, respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

----- **SUSPENSÃO DE MANDATO** -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que foi rececionado um requerimento, apresentado pelo Senhor Deputado Francisco José Pereira Marques Cabral, com o registo de entrada número dezassete, datado de vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e seis, no qual solicita a suspensão do seu mandato, pelo período de um ano, invocando motivos de ordem profissional. -----

-----**Após análise do pedido apresentado, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a suspensão de mandato do Senhor Deputado Francisco José Pereira Marques Cabral, pelo período de um ano.**-----

----- **SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO JOSÉ PEREIRA MARQUES CABRAL** -----

-----Em cumprimento do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Senhor Deputado Francisco José Pereira Marques Cabral, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento que, nos termos da

Lei, foi contactado o membro seguinte da lista do PS, Senhora Ana Isabel Lopes Correia, para estar presente e nos termos da Lei assumir funções na Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, informou que a Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada número vinte e cinco, datado de vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente no período compreendido entre os dias vinte e três de fevereiro e dois de março, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques. -----

-----Comunicou ainda que o Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número vinte e seis, datado de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhor Deputado Rui Manuel Tavares Quaresma. -

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

- Rosa Maria Cunha Veloso;-----
- Joaquim Lopes de Abreu; -----
- Liliana da Cruz Marques; -----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
- José Rocha Gonçalves;-----
- Paulo Manuel Lopes Achando; -----
- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
- Pedro Almeida Santos;-----
- Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques, em substituição da Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos;-----
- Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----
- Hélia Susana Granjal Trindade; -----

-----Rui Manuel Tavares Quaresma, em substituição do Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena;-----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----
-----Gabriela Tomás Rodrigues;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes;-----
-----Sérgio Rafael Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----
-----João Manuel Loureiro da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Maria de Fátima dos Santos Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----
-----Nelson Pina Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----Cristina Ferreira Fino, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Maria Goreti da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----Nuno Miguel Lopes Valente Xavier, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**FALTA JUSTIFICADA – SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO** -----

-----Nelson Pina Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores, Teresa Ferrão Cardoso, Emanuel de Almeida Proença Barata, José Alfredo de Almeida Silva e Ana Cristina Dias Pires. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----Esteve presente nesta sessão o munícipe Vítor Henriques, que começou a sua intervenção saudando a realização da Feira do Queijo, considerando-a um cartão postal do Município, que prestigia e destaca o potencial que o Concelho tem para oferecer. -----

-----De seguida, referiu a atividade do concurso de ideias promovida pelo CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social, destacando que, em diversas regiões do País, bem como no Distrito da Guarda, existe a prática de premiar e assinalar o mérito dos estudantes, enaltecendo as suas conquistas académicas resultantes do seu esforço, dedicação e aplicação

em contexto escolar. Salientou tratar-se de um momento de cerimónia e de comemoração pelo bom trabalho dos alunos, que se esforçam em prol da vida académica. Contudo, sublinhou que esta natureza de evento não se encontra atualmente promovido no Concelho, configurando uma lacuna significativa. -----

-----Para contextualizar eventuais custos, recorreu a dados do orçamento municipal de Gondomar, um concelho demograficamente superior ao de Celorico da Beira, onde são gastos cerca de quinze mil e quatrocentos euros na secção de prémios, condecorações e ofertas relativas ao tema abordado, correspondendo a 0.009% da despesa global. Referiu que, proporcionalmente, essa mesma despesa no orçamento municipal de Celorico da Beira corresponderia a 0.06%. Perante os dados apresentados, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a intenção de promover este tipo de evento enquanto espaço de reconhecimento do potencial estudantil do Município, questionando ainda se abrangeria apenas os alunos dos anos finais de ciclo de estudos do ensino regular, equivalente ao primeiro, segundo, terceiro ciclos, bem como do ensino secundário ou se incluiria, também alunos do primeiro ciclo de estudos dos antigos estudantes que ingressaram no ensino superior, seguindo a prática adotada noutros concelhos.-----

-----Concluiu a sua intervenção sublinhando o potencial dos jovens do Concelho, afirmando existir um dever cívico e institucional de reconhecimento do esforço e dedicação dos estudantes. Nesse sentido, apelou ao Executivo Municipal para apoiar e implementar o projeto, salientando que os jovens de Celorico da Beira reconheceriam e valorizariam tal iniciativa. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** considerou a intervenção pertinente, referindo que a distinção do mérito académico dos alunos, prática já existente noutros Concelhos, constitui um desafio relevante. Reconheceu o interesse da proposta, salientando, porém, que a decisão deverá ser devidamente ponderada pelo Executivo. Manifestou, igualmente, a intenção de, no próximo ano letivo, procurar implementar uma iniciativa de reconhecimento do mérito académico, abrangendo os diferentes níveis de ensino, desde o básico até ao superior, como forma de incentivo ao percurso escolar dos estudantes.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia anterior na localidade da Mesquitela. Referiu ainda que a reunião contou com presença de público, que colocou algumas questões pertinentes, as quais foram registadas pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

-----De seguida, transmitiu que, dando continuidade ao espírito de descentralização e seguindo a ordem alfabética, a próxima reunião ficou agendada para a Freguesia do Minhocal. -----

-----Questionados os presentes sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Ana Correia**, que começou a sua intervenção com a apresentação de um Voto de Congratulação, em nome da Bancada do PS, o qual se transcreve na íntegra:-----

-----**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO**-----

-----Pela Eleição de António José seguro como Presidente da República -

-----Os eleitos da Bancada do PS pretendem que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 27 de fevereiro de 2026, delibere, aprovar um Voto de Congratulação pela eleição de António José Seguro para o cargo de presidente da República Portuguesa.-----

-----A eleição do Presidente da república representa um dos momentos mais altos da vida democrática nacional, traduzindo a expressão soberana da vontade popular e o regular funcionamento das instituições da República.-----

-----António José Seguro, ao longo do seu percurso político e cívico, exerceu funções de elevada responsabilidade pública, pautando a sua intervenção pelo compromisso com valores democráticos, pelo respeito institucional e pela defesa do interesse nacional. -----

-----A sua eleição constitui um sinal de confiança dos portugueses na sua capacidade para exercer as funções de Chefe de Estado, garante da independência nacional, da unidade do estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, nos termos da Constituição da República Portuguesa.-----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira reconhece a importância do cargo de Presidente da República enquanto garante da Constituição, árbitro do regular funcionamento das instituições democráticas e símbolo da unidade do Estado.-----

-----Neste contexto, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira: -----

-----Congratula-se com a eleição de António José Seguro como Presidente da República; -----

-----Formula votos de êxito no exercício das altas funções que agora assume; -----

-----Expressa a convicção de que o seu mandato será pautado pela defesa da Constituição, pela promoção da coesão nacional e pelo reforço da confiança nas instituições democráticas.-----

-----Neste sentido, esta Assembleia manifesta as suas felicitações institucionais ao Senhor Presidente da República, desejando-lhe o maior

sucesso no exercício das suas elevadas funções, em prol de Portugal e dos portugueses. -----

-----Mais se delibera que o presente Voto de Congratulação seja comunicado à Presidência da República. -----

-----Celorico da Beira, 27 de fevereiro de 2026 -----

-----Os eleitos da Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”.-----

-----De seguida apresentou, igualmente, o Voto de Reconhecimento, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----**“VOTO DE RECONHECIMENTO** -----

-----À Senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa -----

-----É nossa intenção que esta assembleia Municipal delibera aprovar um Voto de Reconhecimento à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa, pela forma determinada, corajosa e exemplar como liderou o seu município perante a recente catástrofe que se abateu sobre o território. -----

-----Em momentos de adversidade extrema é que se revelam as verdadeiras lideranças. Perante uma situação particularmente exigente, Ana Abrunhosa demonstrou serenidade, capacidade de decisão e uma presença constante junto das populações afetadas, assumindo com firmeza a responsabilidade de coordenar respostas e mobilizar recursos. A sua atuação foi marcada por prontidão, proximidade e um profundo sentido de dever público. -----

-----Mas este reconhecimento não se esgota no momento presente. A ligação de Ana Abrunhosa a Celorico da Beira é antiga, sólida e genuína. Desde os tempos em que exerceu funções como Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e posteriormente enquanto Ministra da Coesão Territorial, o nosso concelho nunca foi esquecido. Sempre encontramos nela uma interlocutora atenta,

conhecedora do território e comprometida com o desenvolvimento equilibrado da região. -----

-----Este percurso revela coerência, dedicação ao serviço público e uma visão clara da importância da coesão territorial e da proximidade às comunidades. -----

-----Assim, os eleitos da bancada do PS, propõem que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, expresse publicamente o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pela liderança demonstrada, enaltecendo o seu exemplo de compromisso com as populações e com o poder local democrático. -----

-----Mais se delibera que o presente Voto seja dado a conhecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. -----

-----Celorico da Beira, 27 de fevereiro de 2026 -----

-----Os Eleitos da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira.” -----

-----Proseguiu referindo que as tempestades *Kristin* e Leonardo provocaram danos significativos em vários territórios do país, afetando habitações, infraestruturas, atividades económicas e diversas famílias. Nesse contexto, solicitou informação sobre os apoios concretos disponibilizados pelo Município para ajudar as vítimas das intempéries. -----

-----Acrescentou que atendendo a que o concelho de Celorico da Beira não foi dos mais atingidos, questionou ainda se existiu alguma ação de solidariedade do Município, em articulação com os autarcas dos concelhos mais afetados. -----

-----Solicitou, igualmente, esclarecimentos relativamente ao levantamento de danos no Concelho e as medidas previstas a curto e médio prazo, sublinhando a importância de garantir informação clara e transparente sobre a intervenção municipal, de forma a garantir às populações afetadas o necessário apoio e proximidade por parte do poder local. -----

-----Manifestou, ainda, reconhecimento pelo espírito solidário demonstrado por diversas entidades públicas e privadas, destacando os

Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, a empresa Mobiliário Almeida e várias Juntas de Freguesia. Salientou que estes exemplos evidenciam a coesão social, a cidadania ativa e o sentido de responsabilidade coletiva que caracterizam o concelho de Celorico da Beira. -----

-----Continuou solicitando esclarecimentos sobre a pavimentação da estrada EN16 que liga Celorico da Beira ao concelho de Fornos de Algodres, recordando compromissos anteriormente assumidos e referindo que o concurso público terá ficado deserto. Questionou ainda o valor estimado da obra, apontando para cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, e alertou para a necessidade de atualização face ao aumento dos custos. Referiu também que a isenção de portagens na A25 reduziu o tráfego na EN16, podendo alterar a perceção da urgência da intervenção, sem prejuízo da sua importância para a mobilidade e segurança. Por fim, pretendeu saber se o Executivo equaciona a possibilidade de soluções faseadas, nomeadamente numa primeira fase a pavimentação prioritária do troço entre Celorico da Beira e Vila Boa do Mondego.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Ricardo Coelho** apresentou um Voto de Solidariedade, em nome da Bancada do PPD/PSD, o qual se transcreve na íntegra:-----

-----**“VOTO DE SOLIDARIEDADE** -----

-----A bancada do PSD não pode deixar de manifestar a sua profunda solidariedade para com todas as vítimas dos recentes episódios de mau tempo que assolaram diversas regiões do país.-----

-----As intempéries que se fizeram sentir provocaram danos materiais significativos, perturbações na vida de muitas famílias e, lamentavelmente, perdas humanas que nos entristecem a todos enquanto comunidade nacional. Perante a força da natureza, recordamo-nos da nossa fragilidade, mas também da importância da entreajuda e da coesão.-----

-----Expressamos a nossa solidariedade às famílias enlutadas, aos desalojados, aos que viram os seus bens e meios de subsistência afetados,

bem como o nosso reconhecimento às autarquias, forças de proteção civil, bombeiros e demais agentes que, com coragem e sentido de missão, estiveram no terreno a prestar auxílio. -----

-----Que saibamos, enquanto país, transformar a dificuldade em união e que às vítimas chegue não apenas a nossa palavra de pesar, mas também o apoio efetivo de que necessitam para construir as suas vidas. -----

-----Por conseguinte, propomos um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. -----

-----Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Paulo Achando** iniciou a sua intervenção com a apresentação de um Voto de Congratulação em nome da Bancada do PS, o qual se transcreve na íntegra: -----

-----“**VOTO DE CONGRATULAÇÃO** -----

-----Os eleitos da Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira, vem propor a aprovação de um Voto de Congratulação pela nomeação de Paulo Fernandes para integrar a Estrutura de Missão criada com o objetivo de coordenar a resposta às zonas afetadas pela Depressão Kristin. -----

-----A Depressão Kristin provocou impactos severos em vários territórios, deixando um rasto de destruição que exige uma resposta pública célere, eficaz e humanamente comprometida. Nestes momentos de particular exigência, o país precisa de liderança experiente, capacidade de coordenação e profundo conhecimento da realidade autárquica. -----

-----Paulo Fernandes, ex-autarca do Fundão, cujo percurso de dedicação ao serviço público é amplamente reconhecido, reúne qualidades de competência, proximidade às populações e experiência na gestão territorial que constituem uma mais-valia inequívoca para o desempenho desta missão. -----

-----O seu reconhecimento público, a sua capacidade de trabalho e o seu conhecimento das dinâmicas locais são garantias de que esta Estrutura de

Missão poderá desenvolver um trabalho rigoroso, articulado e orientado para resultados concretos no apoio às populações atingidas por tão grave catástrofe.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob proposta dos Eleitos da Bancada do Partido Socialista, congratula-se com esta nomeação e expressa a Paulo Fernandes os maiores votos de sucesso no exercício das suas funções, confiando que o seu trabalho contribuirá decisivamente para a recuperação dos territórios afetados e para o apoio às populações que atravessam este momento difícil.-----

-----Mais se delibera que o presente Voto seja remetido ao próprio e às entidades competentes.-----

-----Celorico da Beira, 27 de fevereiro de 2026-----

-----Ao Eleitos da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”.-----

-----De seguida, apresentou ainda o Voto de Congratulação, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO**-----

-----A Bancada dos Eleitos do PS desta Assembleia Municipal pretende aprovar um voto de Congratulação ao jovem celoricense Chef Marco Santos, natural de Celorico da Beira, pelo notável percurso profissional que o levou a integrar a lista de nomeados a Chef Revelação do ano 2025, distinção atribuída pela prestigiada Revista de Vinhos.-----

-----Proprietário do Restaurante Joia, localizado em Buarcos, Figueira da Foz, o Chef Marco Santos vê, assim, reconhecido o seu talento, dedicação e excelência gastronómica, figurando entre as mais relevantes distinções do panorama gastronómico nacional, o que constitui motivo de elevado orgulho para Celorico da Beira e para toda a região.-----

-----Jovem empreendedor, determinado e apaixonado pela sua arte, Marco Santos soube arregaçar mangas e partir à conquista do mundo, guiado pela ambição de concretizar os seus sonhos, levando consigo a identidade, os valores e o nome da sua terra natal.-----

-----Este reconhecimento nacional é reflexo do seu trabalho árduo, da sua visão criativa e da capacidade de transformar esforço em mérito, sendo um exemplo inspirador para os jovens celoricenses e para todos quantos acreditam que, com dedicação e perseverança, é possível alcançar a excelência.-----

-----Assim, entendemos que esta Assembleia Municipal, deve endereçar ao Chef Marco Santos as mais sentidas felicitações, formulando votos de contínuo sucesso pessoal e profissional, com a certeza de que continuará a honrar Celorico da Beira no panorama gastronómico nacional e internacional.-----

-----Celorico da Beira, 27 de fevereiro de 2026-----

-----Os Eleitos da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”-----

-----Prosseguiu, dizendo que, não obstante a inexistência de uma imposição legal ou regimental quanto à definição de horários para a realização das sessões da Assembleia Municipal, deverá ser privilegiada a sua realização fora do horário laboral, atendendo a que a maioria dos seus membros concilia o mandato com a respetiva atividade profissional. Salientou que a realização de reuniões em horário laboral implica faltas frequentes, gerando constrangimentos junto das entidades empregadoras e dificuldades no exercício do mandato. Acrescentou que a realização em horário pós-laboral facilita também a participação dos munícipes, promovendo maior transparência, proximidade e escrutínio democrático. Referiu ainda que, com menos condicionamentos profissionais, os membros da Assembleia encontram-se em melhores condições para uma participação mais ativa, permitindo um debate mais aprofundado e uma maior qualidade na intervenção.-----

-----Concluiu apelando para que as sessões se realizem, tendencialmente, em horário noturno, recordando que tal recomendação já havia sido apresentada em mandatos anteriores por diferentes forças políticas. Sublinhou que a decisão compete ao Presidente da Assembleia

Municipal, manifestando a convicção de que esta orientação contribuirá para valorizar o funcionamento do Órgão e reforçar a sua proximidade aos munícipes. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que se revia na questão levantada, salientando que, também, exerce funções numa entidade privada, razão pela qual compreende algumas das questões apresentadas. Acrescentou que o tema já tinha sido abordado por outros Deputados e Presidentes de Junta relativamente à realização das sessões no período da tarde, esclarecendo, contudo, que tal situação se prende, por vezes, com constrangimentos de agenda e com a extensão da Ordem de Trabalhos. Referiu, ainda, que as sessões realizadas em horário noturno tendem a prolongar-se, comprometendo-se, no entanto, a ter em consideração a marcação das futuras sessões, procurando, sempre que possível, que decorram fora do horário laboral, de forma a facilitar a presença dos eleitos e a participação dos munícipes. Reconheceu, igualmente, que, apesar das ausências ao trabalho terem justificação, nem sempre são bem aceites pelas entidades patronais.-----

-----O Senhor **Deputado Pedro Santos** referiu que a Feira do Queijo se afirma como um evento de referência do Concelho, evidenciando uma evolução consistente ao nível da dimensão, qualidade e projeção, contribuindo para afirmar Celorico da Beira como Capital do Queijo Serra da Estrela. Destacou que a iniciativa valoriza o trabalho dos pastores e das queijeiras, representando o saber acumulado de gerações e conferindo visibilidade a um produto de excelência e identidade local. Salientou o impacto económico do evento, nomeadamente na dinamização do comércio, restauração e alojamento, bem como o seu papel na promoção territorial e na atração de visitantes. Referiu ainda a importância social e cultural da Feira, pela valorização das tradições, pelo envolvimento da

comunidade e pelo reforço do sentimento de pertença. Expressou reconhecimento aos produtores, aos funcionários da Câmara Municipal e a todos os envolvidos na organização, pelo empenho e dedicação demonstrados. Concluiu que a Feira do Queijo constitui um exemplo de valorização dos recursos endógenos e do potencial de desenvolvimento do território.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** iniciou a sua intervenção agradecendo o convite que lhe foi dirigido pelo Senhor Presidente da Câmara para a 47ª Feira do Queijo, manifestando a honra em participar nos eventos da sua terra.-----

-----De seguida, elogiou o empenho e profissionalismo dos funcionários da Autarquia na organização do evento, destacando a qualidade e dignificação da Feira. Contudo, apontou a excessiva duração dos discursos oficiais face ao reduzido número de produtores presentes. Salientou a diminuição significativa de produtores de Queijo Serra da Estrela DOP, referindo a necessidade de um maior apoio ao setor, nomeadamente aos produtores de queijo curado, e criticou a atuação do Gabinete de Agricultura, considerando insuficiente o trabalho desenvolvido nos últimos anos. Defendeu a criação de apoios mais eficazes aos pastores e produtores, bem como uma divulgação mais ampla dos programas existentes, incluindo incentivos como a formação agrícola no ensino secundário e a frequência na Escola Superior Agrária de Viseu, de modo a atrair os jovens para o setor. Sublinhou o risco de desaparecimento do Queijo Serra da Estrela caso não sejam tomadas medidas urgentes, defendendo, também, a valorização do território e dos seus recursos, como a utilização de terras abandonadas e a produção de cardo. Nesse sentido deixou à consideração do Executivo a revitalização da rota das queijarias através de soluções digitais, como *QR Code* e *App* com geolocalização e melhor sinalização, bem como a criação de um monumento digno de homenagem aos pastores e queijeiras, considerando insuficiente a atual

representação existente. Referiu, ainda, ter sido abordada por munícipes acerca da exclusão dos cafés locais na Feira do Queijo, salientando a importância de apoiar o comércio do Concelho.-----

-----Relativamente ao Lagar Municipal – Centro de Investigação Gastronómica, questionou a ausência de informação pública sobre o espaço e eventuais projetos em curso, notando a falta de divulgação e o estado de abandono do edifício, defendendo maior transparência na atuação municipal.-----

-----Mencionou, ainda, a necessidade de maior reconhecimento social dos pastores e produtores, comparando com a valorização da profissão de cozinheiro. Nesse contexto destacou o sucesso do Chef Marco Santos propondo a aprovação de um voto de congratulação e aplauso ao celoricense, como exemplo de percurso de excelência a divulgar.-----

-----No que concerne o Parque Industrial, manifestou agrado pelas suas condições e destacou o seu potencial para atrair investimento, nomeadamente pelas acessibilidades existentes. Contudo, alertou para a degradação das estradas municipais e para a necessidade de sinalização horizontal, por razões de segurança e valorização do território. Salientou, ainda, a importância da instalação de empresas no Parque Industrial, congratulando-se com a instalação da empresa Mesaprime, questionando, porém, o número de postos de trabalho a criar e o valor do investimento. Solicitou, igualmente, esclarecimentos sobre os restantes investimentos previstos, referindo a necessidade de acompanhamento e concretização dos mesmos.-----

-----Em relação à nomeação de uma nova Vereadora a tempo inteiro, considerou que não foi devidamente comunicada aos munícipes, reconhecendo, contudo, a legitimidade legal do Senhor Presidente da Câmara. Salientou que, atendendo à dimensão do Concelho, o investimento deverá traduzir-se em resultados concretos, designadamente na melhoria dos serviços municipais e no apoio às populações, contribuindo para uma maior eficiência dos serviços, com decisões mais céleres em áreas

essenciais e melhor acompanhamento das Freguesias. Referiu ainda a necessidade de atualização do *site* da Autarquia, ao nível da imagem e da informação disponibilizada.-----

-----Quanto aos botões de teleassistência, congratulou-se com a renovação de dezoito dispositivos, embora considere o número reduzido, defendendo o reforço desta medida como forma de apoiar a população idosa e promover a sua permanência no domicílio, lembrando que cada dispositivo tem um custo anual de apenas duzentos e quarenta euros, acrescido de IVA. -----

-----Por fim, questionou a Senhora Vice-Presidente sobre o tempo médio de aprovação de projetos de edificação privada por parte da Autarquia. -----

-----O Senhor **Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa**, Rui Manuel Dias Bernardo, apresentou o Voto de pesar, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----**“VOTO DE PESAR**-----

-----A bancada do PSD, vem propor a esta assembleia, uma nota de pesar pelo falecimento do Exmo. Dr. Carlos Cruz.-----

-----Filho desta terra, levou consigo ao longo de toda a sua vida, o nome de Celorico da Beira para lá das suas fronteiras, afirmando-se como médico distinto nos Hospitais de Coimbra e como profissional de reconhecido mérito. Mas mais do que os títulos, mais do que os cargos, fica a memória do Homem. -----

-----Aqueles que com ele privaram recordam a sua dimensão humana invulgar, a sua generosidade serena, o seu espírito combativo perante a adversidade e, sobretudo, a dedicação incansável aos seus doentes. Num tempo em que tantas vezes se valoriza o efémero, o Dr. Carlos Cruz escolheu o caminho do serviço, da entrega e da responsabilidade para com o próximo.-----

-----A vida ensina-nos, inevitavelmente que o fim faz parte do nosso percurso comum. O que verdadeiramente nos distingue não é a duração

dos dias, mas a forma como os vivemos e o exemplo que deixamos e, é precisamente aí que reside a grandeza do legado do Dr. Carlos Cruz, na marca que imprimiu nas pessoas, na confiança que gerou, no bem que fez.

-----Ao honrar a sua memória, honramos também essa ideia maior de comunidade.-----

-----À família e amigos deixamos a nossa solidariedade sincera e o reconhecimento público de que Celorico da Beira se orgulha do seu percurso e do seu legado. -----

-----Que a sua memória permaneça como exemplo de dedicação, humanidade e serviço.-----

-----Grupo Municipal do PPD/PSD”. -----

-----O Senhor **Deputado Filipe Marques** começou por apresentar o Voto de Pesar em nome da Bancada do PS, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“**VOTO DE PESAR**-----

-----A Bancada do Partido Socialista de Celorico da Beira recebeu com profunda tristeza a notícia do falecimento do Dr. Carlos Manuel Amaral da Cruz, Ex-Diretor do Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço do IPO de Coimbra, nosso conterrâneo. -----

-----O Dr. Carlos Manuel Amaral da Cruz foi um homem que dedicou a sua vida a ajudar centenas de Celoricenses, nunca virando as costas nos momentos em que mais era necessário. Sempre pronto a apoiar, destacou-se não apenas como um profissional de excelência, mas também como um médico profundamente humano e comprometido com os seus pacientes.-----

-----Reconhecido por milhares de pessoas cujas vidas ajudou a salvar, deixa um legado de competência, dedicação e esperança, que continuará a inspirar todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver e trabalhar. -----

-----O seu falecimento representa uma perda irreparável para a medicina portuguesa e para a comunidade de Celorico da Beira. Neste momento de

dor, a Bancada do Partido Socialista apresenta as mais sinceras condolências à família, amigos, colegas e a toda a comunidade médica.-----

-----Que o exemplo de vida e de serviço ao próximo que nos deixou seja sempre lembrado e que a sua memória traga conforto e inspiração a todos.

-----Apresentamos este Voto de Pesar, que após aprovado, agradecemos que fosse dado conhecimento à família.-----

-----Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira.”-----

-----Apresentou, igualmente, o Voto de Pesar que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“**VOTO DE PESAR**-----

-----Foi com profunda consternação e tristeza que tomámos conhecimento do falecimento prematuro de um jovem de apenas 20 anos, Miguel Ângelo Antunes Custódio, cuja partida inesperada deixa um sentimento de dor e incredulidade em toda a comunidade.-----

-----A perda de uma vida tão jovem representa sempre uma injustiça difícil de compreender, interrompendo sonhos, projetos e um futuro que agora fica por cumprir. Neste momento de luto expressamos a nossa solidariedade e pesar à família, amigos e a todos aqueles que com ele partilharam afetos, vivências e esperanças.-----

-----Que encontrem conforto na memória dos momentos vividos, no carinho de quem os rodeia e na certeza de que este jovem será sempre recordado com respeito e saudade.-----

-----À família enlutada endereçamos as nossas mais sentidas condolências, associando-nos ao seu luto com profundo respeito e humanidade.-----

-----Apresentamos este Voto de Pesar, que após aprovado, agradecemos que fosse dado conhecimento à família.-----

-----Eleitos do PS na Assembleia Municipal de Celorico da Beira.”-----

-----De seguida apresentou o Voto de Felicitação, o qual se transcreve na íntegra:-----

-----“**VOTO DE FELICITAÇÃO**”-----

-----Assinalando o 89.º (Octogésimo nono) aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, é com elevado sentido de reconhecimento e gratidão que prestamos homenagem a esta nobre instituição e a todos os homens e mulheres que, ao longo de quase nove décadas, têm servido a nossa comunidade com dedicação, coragem e espírito de missão. -----

-----A ação humanitária desenvolvida pela corporação constitui um pilar essencial da segurança e do bem-estar das populações. Em cada emergência, em cada ocorrência, em cada momento de aflição vivido por uma família, estão os nossos Bombeiros, prontos a intervir com profissionalismo, abnegação e humanidade. -----

-----Importa destacar, de forma muito particular, a coragem e disponibilidade demonstradas recentemente, quer no apoio prestado no distrito de Leiria, quer aqui no nosso concelho, onde muitos efetivos da corporação foram uma ajuda, absolutamente, essencial no socorro às populações afetadas. Estes exemplos recentes reforçam aquilo que há muito sabemos: podemos sempre contar com os nossos Bombeiros nos momentos mais difíceis.-----

-----A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira representa muito mais do que uma instituição – representa um compromisso permanente com a vida, com a solidariedade e com o serviço público. -----

-----Neste 89.º aniversário expressamos a toda a Direção, Comando, Corpo Ativo e restantes colaboradores as mais sinceras felicitações, renovando o nosso reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido e desejando que continuem a cumprir esta missão com a mesma determinação, coragem e espírito de entrega que os tem distinguido ao longo da sua história. -----

-----Bem-hajam -----

-----Celorico da Beira, 27 de fevereiro de 2026 -----

-----Os Eleitos da Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal de Celorico da Beira.”-----

-----Prosseguiu dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, responsável pelo pelouro da Ação Social, Saúde, Habitação e Família, manifestando preocupação com a situação dos serviços de saúde no Concelho. Salientou as dificuldades no acesso a médico de família, a escassez de profissionais, os tempos de espera prolongados e a sobrecarga dos serviços, referindo o impacto destas situações na população, em especial nos idosos e nas Freguesias mais afastadas. Apelou à articulação entre o Município, as entidades de saúde e o Governo, solicitando esclarecimentos sobre as diligências efetuadas pelo Executivo, eventuais reuniões com a Unidade Local de Saúde e os resultados obtidos. Referiu que alguns munícipes se veem obrigados a deslocar-se à Guarda para aceder a cuidados de saúde, suportando custos adicionais, considerando tratar-se de uma questão de dignidade. Mencionou propostas apresentadas no âmbito das últimas eleições autárquicas, defendendo a adoção de medidas que possam reforçar a resposta local, nomeadamente através de parcerias ou contratação de profissionais de saúde. Manifestou a disponibilidade da Bancada do Partido Socialista para colaborar na procura de soluções e apelou ao Executivo Municipal, em particular ao Senhor Presidente da Câmara, para assumir um papel ativo na defesa dos interesses dos munícipes nesta matéria, considerando tratar-se de uma causa que ultrapassa questões partidárias e ciclos políticos, estando em causa o presente e o futuro do Concelho.-----

-----Relativamente aos votos de congratulação apresentados, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** manifestou a sua concordância, reconhecendo o mérito das personalidades homenageadas. Destacou a eleição de António José Seguro, salientando tratar-se de uma figura de elevada relevância na hierarquia nacional, considerando adequado que lhe sejam dirigidos votos de sucesso para o exercício das suas funções e

cumprimento do respetivo mandato. No que respeita à Dra. Ana Abrunhosa, reconheceu igualmente a pertinência do voto, sublinhando o trabalho desenvolvido. Contudo, referiu que o reconhecimento não deverá limitar-se a uma única personalidade, salientando que vários autarcas do País enfrentaram situações exigentes decorrentes das intempéries, desenvolvendo um trabalho meritório, ainda que com menor visibilidade. Defendeu, assim, que o reconhecimento deveria ser alargado a todos os autarcas afetados, valorizando de forma mais abrangente o esforço coletivo.

-----No que concerne à intervenção do Município face às intempéries, referiu que se mantiveram sempre disponíveis para prestar apoio, em articulação com os Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, mantendo contacto direto com o Senhor Padre Daniel e com a empresa Mobiliário Almeida. Salientou que as principais necessidades identificadas centraram-se sobretudo no apoio técnico especializado, mais do que no envio de bens ou produtos. Destacou, ainda, o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal da Guarda, reconhecendo o mérito da sua intervenção, e referiu que o Município de Celorico da Beira não dispõe de capacidade técnica nem de recursos humanos suficientes para assegurar este tipo de resposta. Mencionou, também, ter tido oportunidade de estabelecer contacto com o Dr. Paulo Fernandes, a quem endereçou felicitações pela escolha de um responsável competente para lidar com situações desta natureza. -----

-----Relativamente à pavimentação da EN16, referiu tratar-se de uma preocupação que se arrasta há vários anos, salientando que intervenções anteriormente previstas chegaram a obter financiamento, não tendo sido, no entanto, concretizadas. Acrescentou que, em dois mil e dezassete, o Município não dispunha de capacidade financeira para avançar com a obra, tendo a mesma vindo a revelar-se inoportuna, em virtude das intervenções realizadas na Linha da Beira Alta. Referiu ainda que foram efetuadas diligências junto da então Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, bem como junto das Infraestruturas de Portugal, tendo esta entidade considerado tratar-se de uma estrada municipal, razão pela qual

declinou a atribuição de apoio financeiro. Não obstante, destacou o empenho e acompanhamento da Dra. Ana Abrunhosa na tentativa de resolução do problema, o qual, à data, não foi possível concretizar. Informou que, posteriormente, foi possível alcançar uma solução parcial através do Secretário de Estado, Hernâni Dias, no âmbito de um contrato-programa, que permitiu viabilizar a atribuição de um apoio financeiro no montante de meio milhão de euros. Acrescentou que a empreitada foi adjudicada à empresa Biosfera Construções, pelo valor de um milhão, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos, acrescido de IVA, com um prazo de execução de duzentos e quarenta dias. Mencionou igualmente que o visto do Tribunal de Contas foi recentemente concedido, prevendo-se o início dos trabalhos a breve prazo, salientando que, ao contrário do que foi mencionado, o concurso não ficou deserto. -----

-----Ainda sobre as intempéries, manifestou solidariedade para com todas as vítimas da catástrofe, incluindo as famílias das vítimas mortais, salientando a gravidade dos prejuízos causados. Referiu, ainda, que a nomeação do Dr. Paulo Fernandes para a coordenação das ações de apoio às populações foi uma decisão acertada, destacando o seu mérito e competência para o desempenho das funções que lhe foram atribuídas. -----

-----Quanto ao Voto de Congratulação ao Chef Marco Santos, afirmou corroborar com o mesmo, referindo ter felicitado pessoalmente o homenageado. -----

-----No que respeita à definição dos horários das sessões da Assembleia Municipal, afirmou tratar-se de uma matéria não consensual, sendo da competência do Senhor Presidente da Assembleia, ainda que exista articulação institucional sobre o tema. Acrescentou que as reuniões têm sido agendadas em função da necessidade de aprovação de determinados assuntos, não existindo uma fixação rígida de dia e hora. -----

-----Em relação à Feira do Queijo, considerou que o principal objetivo passa pela consolidação e melhoria da qualidade do evento, reconhecendo

que, de um modo geral, decorreu de forma positiva correspondendo às expectativas, embora existam sempre aspetos a aperfeiçoar nas edições futuras. -----

-----No âmbito da intervenção da Senhora Deputada Rosa Veloso, referiu que o Município partilha da ambição de aumentar o número de produtores certificados, salientando que, dos dezasseis expositores presentes na Feira do Queijo, apenas três possuíam certificação DOP. Destacou que a certificação é fundamental para o reconhecimento e valorização do produto. Assinalou, ainda, que persiste algum estigma associado à atividade pastoril, sendo a maioria dos pastores de idade avançada e existindo poucos jovens a exercer a profissão, o que constitui uma realidade preocupante. Referiu que o Município tem procurado apoiar e promover o setor, destacando a proximidade existente entre os produtores, o Gabinete de Agricultura e o Solar do Queijo, num espírito de colaboração e identidade comum, alertando para o risco da eventual ausência futura de pastores e queijeiras. Quanto ao investimento agrícola, mencionou que a maioria dos agricultores é idosa, mas há interesse crescente de cidadãos nacionais e estrangeiros em culturas como a vinha e os frutos secos. Destacou também o potencial do Concelho como “Capital do Queijo e do Cardo”, salientando a existência da maior área de plantação de cardo da região demarcada do Queijo Serra da Estrela. Mencionou a visita do Professor Barracosa, do Instituto Politécnico de Viseu, que enfatizou as potencialidades do cardo nas áreas da cosmética e medicina. Considerou, igualmente, justa a criação de um monumento em homenagem às queijeiras, reconhecendo o seu contributo para a identidade e economia local. -----

-----Relativamente à ausência de alguns cafés de Celorico da Beira na Feira do Queijo, explicou que o espaço disponível para o evento é limitado, sendo o número de solicitações superior à capacidade de resposta. Esclareceu que, apesar do interesse manifestado pelos proprietários de bares, a prioridade foi dada à participação das associações locais e aos finalistas, restando apenas um espaço disponível, que foi atribuído a um bar

de poncha madeirense. Destacou que a decisão procurou garantir equidade, não existindo critérios que permitissem selecionar apenas alguns estabelecimentos em detrimento de outros. No ano anterior, estiveram presentes dois estabelecimentos privados, enquanto no presente ano inscreveram-se quatro estabelecimentos do Concelho. -----

-----No que concerne o Lagar Municipal, informou que, durante algum tempo, o espaço esteve cedido ao Agrupamento de Escolas para apoio a uma turma de restauração e cozinha, embora a utilização tenha sido residual. Referiu que, ao longo desse período, o Lagar sofreu degradação, sendo atualmente necessária uma intervenção de requalificação. Acrescentou que existe a pretensão de disponibilizar o espaço à iniciativa privada, considerando-o um dos melhores locais do Concelho para a atividade de restauração. Mencionou, ainda, a existência de candidaturas na área do turismo que poderão valorizar o espaço, reconhecendo, contudo, que os processos não decorrem com a celeridade desejada. -----

-----Sobre a questão da instalação de empresas no Parque Industrial, comunicou que o processo com a empresa Mesapriime encontra-se totalmente regularizado, estando a obra pronta para iniciar com urgência, devido aos prazos de financiamento do PRR. A empresa Bernardo Marques, também se encontra licenciada, podendo iniciar a obra em breve. Informou que foi recentemente aprovada a alienação de mais dois lotes e que cerca de cinco a seis empresas manifestaram interesse em instalar-se no Parque. Referiu ainda um caso em que a aprovação de um lote exigiu retificação, devido a um equívoco no registo da área, salientando a necessidade do cumprimento rigoroso dos procedimentos legais. Destacou a boa visibilidade e acessibilidade do Parque Industrial, embora a sua dimensão seja limitada, sendo necessário diligenciar junto da CCDR a sua ampliação, condicionada à ocupação de pelo menos sessenta por cento da área atualmente disponível. -----

-----Relativamente à nomeação de uma Vereadora a tempo inteiro, esclareceu que já existiram períodos em que o Executivo era composto pelo

Presidente e três Vereadores em regime de permanência, situação essa justificada pela dimensão da vitória eleitoral e a respetiva composição do Executivo. Referiu, ainda, que a integração da Dra. Ana Cristina Pires não deve ser entendida como um encargo, uma vez que lhe serão atribuídas competências numa área em que os serviços municipais carecem de conhecimento ou formação académica específica. Nesse sentido, considera que a sua colaboração representa um investimento em valor acrescentado, e não um custo. Salientou, também, que soluções idênticas são adotadas por outras Autarquias de dimensão equivalente, sendo que a pertinência da medida apenas se justifica se resultar num acréscimo efetivo de valor para os serviços municipais.-----

-----Em relação ao *site* do Município, esclareceu que o mesmo se encontra em fase de atualização. -----

-----Quanto aos dezoito aparelhos de teleassistência, elucidou que existe articulação com o CLAS - Conselho Local de Ação Social, Presidentes de Junta e autoridades competentes, não se verificando, até ao momento, necessidade de aumentar o número de equipamentos em virtude da ausência de solicitações, sendo garantida a atribuição dos mesmos sempre que requerida. Destacou, igualmente, a importância de reforçar medidas de apoio de proximidade dirigidas à população idosa, nomeadamente através do apoio domiciliário e do reforço do papel dos cuidadores informais. -----

-----Sobre as obras particulares, referiu que os processos dependem das especificidades de cada local, existindo situações de indeferimento em zonas protegidas, como o Parque Natural da Serra da Estrela, áreas classificadas como agrícolas ou ecológicas, bem como em Linhares da Beira, onde o Património Cultural, I.P. impõe restrições. Esclareceu, ainda, que os prazos de aprovação variam consoante a localização, não havendo indícios de discriminação nos processos. -----

-----No âmbito da apresentação do Voto de Pesar destacou a disponibilidade e dedicação do Dr. Carlos Cruz à comunidade, lamentando a perda de pessoas da terra, incluindo o jovem Miguel Custódio. Sublinhou,

igualmente, a homenagem aos Bombeiros Voluntários, fazendo referência ao apoio contínuo da Autarquia, no montante de cerca de cem mil euros anuais. -----

-----No âmbito da saúde, expressou preocupação face às limitações existentes, informando que se encontram em curso diligências, estando prevista uma reunião com a Casa de Saúde de São Mateus, procurando respostas complementares no setor privado, ajustadas às capacidades financeiras da Autarquia.-----

-----De seguida, passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos adicionais.-----

-----A Senhora **Vice-Presidente, Teresa Cardoso**, referiu que, no âmbito da agricultura, corrobora com o anteriormente exposto, destacando a exigência das atividades ligadas à produção de queijo e ao pastoreio, as quais requerem trabalho contínuo ao longo de todo o ano e apresentam dificuldades na captação de pessoas. Congratulou, ainda, a Senhora Deputada Rosa Veloso pelas propostas apresentadas considerando-as pertinentes, passíveis de análise e exploração, com vista à criação de respostas direcionadas às queijeiras e aos pastores do Concelho, sublinhando que todas as propostas serão bem-vindas e complementares ao trabalho do Executivo.-----

-----Relativamente ao apoio do Município às queijeiras, referiu que foi criado um regulamento com o objetivo de valorizar a produção de queijo e a atividade pecuária, incentivando a gestão das áreas agrícolas e a prevenção de incêndios. Esclareceu que a pecuária abrange diversos tipos de produção animal, incluindo a apicultura, atividade contemplada no regulamento e considerada economicamente rentável. No âmbito da apicultura, foi estabelecido um acordo com uma entidade de Mangualde para a realização de uma ação de formação no mês de abril, com o objetivo de potenciar esta atividade no Concelho. Destacou, igualmente, o trabalho desenvolvido em articulação com o Professor Paulo Barracosa, da Escola

Superior Agrária de Viseu, no âmbito da valorização do cardo, através da promoção de ações de sensibilização junto de produtores e do público. Estas iniciativas visam aumentar a produção de cardo, nomeadamente para utilização na produção de queijo, bem como explorar outras potencialidades desta cultura, atualmente em estudo, sendo já significativa a área cultivada no Concelho. -----

-----No que respeita às estruturas do Gabinete de Agricultura, destacou o apoio prestado aos agricultores na elaboração de candidaturas e na organização de eventos, nomeadamente à Feira do Queijo. Referiu, ainda, o reconhecimento público das queijeiras à funcionária Maria Ana, do Gabinete de Agricultura, pelo trabalho desenvolvido junto dos produtores. Salientou, igualmente, a atuação do Gabinete na captação de investimento e na articulação com entidades do território, nomeadamente a CELFLOR – Associação de Produtores Florestais, visando a criação de novas oportunidades de investimento. Informou que foram recentemente abertas candidaturas aos pequenos investimentos no âmbito da ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, tendo sido solicitado apoio à CELFLOR, para em conjunto com o Gabinete de Agricultura, apoiar a elaboração das respetivas candidaturas. Registou uma elevada adesão por parte dos produtores, com montantes de investimento significativos, estando as candidaturas atualmente em fase de análise pela ADRUSE. Salientou a dificuldade em inverter a tendência de abandono da atividade agrícola, verificando-se que algumas queijeiras não desejam que os seus filhos prossigam com esta atividade. -----

-----Relativamente à questão da teleassistência, esclareceu que os equipamentos existentes foram distribuídos com base na avaliação de uma equipa multidisciplinar no terreno, composta por várias entidades, que identifica as situações de maior necessidade junto dos agregados familiares. A atribuição dos dispositivos não é determinada exclusivamente pela Câmara Municipal. Informou que a divulgação deste apoio tem sido realizada junto dos Presidentes de Junta de Freguesia, solicitando o reporte

de casos sinalizados. Até ao momento, não se verificou necessidade de reforço do número de equipamentos, embora exista total disponibilidade para atender futuras necessidades. Referiu ainda que o equipamento em uso não permite georreferenciação fora do domicílio do idoso, indicando apenas a morada registada em caso de acionamento do botão de emergência. Nesse sentido, encontra-se em análise uma proposta de aquisição de equipamento mais avançado, que permitirá georreferenciação em tempo real e alerta automático em caso de queda, melhorando a eficácia da resposta. -----

-----Em relação à área da saúde, informou que, no dia anterior, teve lugar uma reunião com o Coordenador do Centro de Saúde, Dr. Daniel, na qual foi manifestada preocupação quanto à insuficiência de respostas no atendimento de consultas abertas, destacando-se a necessidade de reforço desta valência e de assegurar atendimento diário entre as 08h00 e as 20h00, objetivo considerado prioritário para melhor servir os munícipes. Transmitiu, ainda, que se encontra em curso o processo de transformação da UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados em USF – Unidade de Saúde Familiar, o qual poderá permitir o alargamento dos horários de atendimento e o reforço da capacidade de resposta, incluindo a possibilidade de aumento do número de médicos, atualmente fixado em quatro. No âmbito deste processo, têm decorrido contactos com a administração da ULS – Unidade Local de Saúde, designadamente com o Dr. Bruno Morrão, responsável pela área da consulta aberta, sendo que, segundo o Coordenador do Centro de Saúde, a transição para USF encontra-se em fase avançada. Deu também conhecimento da realização da iniciativa “Med on Tour”, em parceria com a Universidade de Medicina do Porto, que permitirá a deslocação de estudantes ao Concelho para a realização de rastreios e elaboração de relatórios que serão, posteriormente, remetidos ao Centro de Saúde, com vista à identificação de necessidades e à melhoria da resposta.-----

-----Por fim, informou que o Município continua a acompanhar de perto a problemática, mantendo pedidos de esclarecimento junto da ULS e do Centro de Saúde de Celorico da Beira. Adicionalmente, referiu que estão a ser avaliadas soluções complementares, incluindo eventual articulação com o setor privado, salvaguardando as limitações financeiras e sem prejuízo do papel essencial do Serviço Nacional de Saúde. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que o fabrico do queijo e a pastorícia constituem, há vários anos, um dos principais problemas no terreno. Recordou ter proposto, no passado, a criação de comissões entre as diferentes bancadas para análise de problemáticas específicas, discussão de soluções e colaboração com o Executivo, defendendo a sua utilidade na apresentação de propostas concretas. Partilhou, ainda, a sua experiência em França, destacando a maior modernização do setor agrícola e a necessidade de evolução a nível local, com melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida dos profissionais. Sublinhou a importância de mecanismos de apoio e compensação que permitam períodos de descanso, bem como o reforço da atratividade do setor através da formação e de incentivos. Por fim, apontou o modelo do Parlamento Europeu como referência para a criação de comissões especializadas a nível local. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que o Regimento da Assembleia Municipal, no seu capítulo quarto, prevê a constituição de comissões. Nesse sentido, salientou, que cabe aos líderes de bancada a iniciativa de propor, no futuro, a criação de comissões destinadas ao estudo e ao contributo sobre matérias específicas, considerando essa possibilidade legítima. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** manifestou o seu apreço pela proposta apresentada, considerando que a criação de comissões

especializadas, à semelhança do Parlamento Europeu e da Assembleia da República poderá constituir uma mais-valia a nível local.-----

-----Relativamente às queijeiras, defendeu a necessidade de desmistificar a ideia de falta de continuidade geracional, destacando a existência de queijarias familiares, algumas com certificação DOP, que asseguram produção manual de elevada qualidade. Sublinhou a importância da formação, propondo a criação de cursos técnicos e a sua eventual integração na escola de Celorico da Beira, com vista à modernização do setor e à valorização da atividade agrícola. Referiu, ainda, a importância de atrair novas gerações, evidenciando que a agricultura moderna pode proporcionar qualidade de vida e oportunidades de futuro.-----

-----No que concerne a população idosa, destacou a existência dos Centros de Noite como resposta social, sugerindo o aproveitamento de infraestruturas existentes, como as antigas escolas primárias, para a sua implementação. Salientou, ainda, a necessidade de uma maior divulgação desta medida, que já existe desde a sua criação, no âmbito governativo do então Ministro Dr. Ferro Rodrigues.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** salientou a importância de prestarem esclarecimentos sobre as questões colocadas relativamente ao levantamento dos estragos provocados pelas tempestades, bem como sobre o número de postos de trabalho a criar pelas empresas que se irão instalar no Parque Industrial da A25, considerando tratar-se de matérias de relevante interesse para a Assembleia e para os municípios. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que os estragos provocados pelos temporais traduziram-se, essencialmente, em derrocadas de muros, degradação de caminhos, agravamento e aparecimento de buracos nas estradas, bem como alguns danos na Praia Fluvial da Ratoeira, devido à subida das águas do rio Mondego. Referiu,

ainda, que os levantamentos estão em curso, em articulação com a CCDR, tendo sido solicitado aos Presidentes de Junta de Freguesia o registo das ocorrências verificadas. -----

-----Relativamente ao Parque Industrial da A25, informou que a empresa *Mesaprime* prevê a criação de cerca de trinta postos de trabalho diretos, aos quais se soma emprego indireto associado. Referiu que estão em análise várias candidaturas de empresas, avaliadas com base no volume de investimento e no número de postos de trabalho a criar, tendo algumas sido rejeitadas por incumprimento dos critérios definidos. Acrescentou que duas empresas já foram aprovadas, encontrando-se atualmente em fase de tramitação e licenciamento. No total, estima-se a criação de cerca de cem postos de trabalho, distribuídos por quatro a cinco empresas. -----

-----Por fim, destacou a importância da criação de emprego para a fixação da população, defendendo a diversificação do tecido empresarial como fator determinante para garantir maior estabilidade a longo prazo. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação o Voto de Congratulação pela Eleição de António José Seguro apresentado pela Bancada do PS, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida, colocou à votação o Voto de Reconhecimento à Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa, apresentado pela Bancada do PS.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Ricardo Coelho** referiu que um Voto de Reconhecimento individual à Dra. Ana Abrunhosa se revela redutor face ao trabalho desenvolvido por outros Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia, considerando não ser justo individualizar esse contributo. Nesse sentido, propôs à bancada do PS a generalização do reconhecimento a todos os afetados pelas intempéries, indicando que,

nesse caso, votariam a favor; caso se mantivesse o carácter individual do voto, a posição seria de abstenção. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Filipe Marques** comunicou que a bancada do PS concorda com o alargamento do Voto de Reconhecimento a todos os municípios afetados, referindo que a menção à Dra. Ana Abrunhosa se deveu à sua ligação ao concelho de Celorico da Beira e ao apoio prestado, manifestando, igualmente disponibilidade para estender os agradecimentos e a parabenização aos restantes municípios.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação os diversos Votos apresentados, tendo sido todos aprovados por unanimidade, designadamente: o Voto de Reconhecimento a todos os Autarcas afetados pela recente catástrofe e pelo trabalho desenvolvido nos seus concelhos e freguesias; o Voto de Congratulação pela nomeação de Paulo Fernandes para a Estrutura de Missão para as Zonas Afetadas pela Depressão Kristin, apresentado pela bancada do PS; o Voto de Congratulação ao jovem celoricense, Chef Marco Santos, nomeado Chef Revelação 2025 pela Revista de Vinhos, igualmente apresentado pela bancada do PS; o Voto de Felicitação pelo 89.º aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, apresentado pela bancada do PS; Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Cruz, apresentados pelas bancadas do PSD e do PS; o Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Miguel Ângelo Antunes Custódio, apresentado pela bancada do PS; e, por fim, o Voto de Solidariedade pelas vítimas das intempéries que assolaram o País, apresentado pela bancada do PSD. -----

-----De seguida, foi cumprido um minuto de silêncio em memória das vítimas das intempéries, bem como pelo falecimento do Dr. Carlos Cruz e do jovem Miguel Custódio. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs uma pausa de cinco minutos, tendo a Sessão sido suspensa às dezassete horas e dezassete minutos e retomada às dezassete horas e trinta e cinco minutos, após verificação de quórum. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/12/2025**-----

-----Foi presente a ata número seis, referente à sessão ordinária do dia dezasseis, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.** -----

-----2. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12/01/2026**-----

-----Foi presente a ata número um, referente à sessão extraordinária do dia doze, do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e seis, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com três abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.** -----

-----3. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----A Senhora **Deputada Hélia Susana Granjal Trindade**, segunda secretária da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**4. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** apresentou uma súmula da situação financeira do Município, informando que se encontra em fase de preparação a prestação de contas, aguardando-se ainda o apuramento dos últimos dados relativos ao ano anterior, pelo que os resultados definitivos não se encontram disponíveis. Não obstante, prevê-se a obtenção de resultados positivos, à semelhança dos anos anteriores. --

-----Quanto à execução orçamental, reportada a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, informou que a receita se situa próxima dos noventa e sete por cento e a despesa em cerca de setenta e dois por cento. Salientou, ainda, que a dívida tem vindo a registar uma redução gradual, sobretudo em resultado da amortização de empréstimos. -----

-----Em conclusão, afirmou que a situação financeira do Município é saudável, evidenciada por uma boa execução orçamental e pela redução do nível de endividamento. Informou, também, que as contas de dois mil e vinte e cinco serão apresentadas na próxima sessão da Assembleia

Municipal, ocasião em que poderá ser discutida a situação financeira do Município. -----

-----**5. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2026**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2026, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Chefe da Divisão Financeira e de Contratação, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, como é habitual nesta altura, procede-se aos ajustamentos considerando o saldo de gerência das contas de dois mil e vinte e cinco, bem como alguns ajustes relacionados com a dívida da APAL relativamente ao Município. Salientou que, face ao excedente orçamental, tornam-se necessários os ajustamentos nas rubricas correspondentes. -----

-----De seguida, cedeu a palavra ao Chefe da Divisão Financeira para prestar esclarecimentos complementares. -----

-----O Técnico esclareceu que o saldo de gerência do ano anterior deve ser integrado no orçamento do ano seguinte. Anteriormente, isso ocorria apenas com a aprovação das contas de gerência, mas, nos últimos anos, o Orçamento de Estado permite que esse saldo seja integrado através da aprovação do Mapa de Desempenho Orçamental. No caso de dois mil e vinte e cinco, o saldo de gerência é de cerca de cinco milhões de euros, que será integrado no orçamento de dois mil e vinte e seis. Durante a elaboração do orçamento do presente ano, estimou-se um saldo de

gerência de aproximadamente quatro milhões e quatrocentos mil euros, mas o valor efetivo revelou-se superior em cerca de seiscentos mil euros, sendo necessário proceder a ajustes no orçamento, tanto no valor global como nas rubricas orçamentais. A revisão orçamental permitiu prever a receita relativa a valores devidos ao Município pela APAL, referentes a serviços prestados e faturados em dois mil e vinte e cinco, mas transferidos apenas em trinta e um de dezembro do ano anterior, entrando contabilisticamente apenas em dois mil e vinte e seis, no montante de cerca de quatrocentos e setenta e três mil euros, reforçando o orçamento.

Além disso, incluiu-se uma nova rubrica orçamental relativa a uma candidatura para o controlo de espécies invasoras, no montante de cinquenta e oito mil e quinhentos euros, que exigia a existência de uma rubrica orçamental específica, pelo que se previram a respetiva receita e despesa. O aumento da receita permitiu distribuir os valores por diversas rubricas de despesa, alteradas aquando da primeira alteração orçamental, de forma a acautelar a transição da dívida de dois mil e vinte e cinco para dois mil e vinte e seis. Foram, ainda, efetuados ajustes nas despesas com pessoal e nas transferências correntes para as Freguesias, refletindo a atualização e o reforço do orçamento, em conformidade com as necessidades identificadas. -----

-----Por fim, referiu que, de um modo geral, o orçamento registou um aumento de cerca de um milhão, cento e sessenta e cinco mil euros, passando a apresentar um valor final de aproximadamente vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e um mil euros. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dois votos contra e quatro abstenções, aprovar o Mapa de Desempenho Orçamental de 2025, bem como a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2026.**-----

-----**6. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMPOSIÇÃO**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a composição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2025/2029.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, à semelhança do mencionado pelo Senhor Deputado Joaquim Abreu quanto à necessidade de comissões, já existem órgãos consultivos, como o Conselho Municipal de Educação, que funcionam como estruturas destinados a melhorar o funcionamento das instituições, nomeadamente das escolas. Salientou, ainda, a existência de outras comissões e a abertura para a criação de novas sempre que se justifique.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista de elementos eleitos e nomeados para integrarem o Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2025/2029.**-----

-----**7. MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Minuta em epígrafe, para efeitos de autorização, nos termos da alínea m), do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo para prestar os esclarecimentos considerados necessários.-----

-----O Senhor **Vereado José Alfredo** referiu que a transferência de competências decorre da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que prevê a transferência de competências do Estado para as Autarquias. O Município

assumiu essas competências em abril de dois mil e vinte e dois, sendo delegáveis no Diretor do Agrupamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Salientou que a delegação anterior caducou com o termo do mandato do Diretor, deixando de vigorar o respetivo contrato. Tendo em conta a intenção do Município de manter a delegação de algumas competências no Agrupamento, foi elaborada uma nova minuta, aprovada na última reunião de Câmara e agora apresentada para aprovação pela Assembleia Municipal. A nova minuta contempla alterações relevantes, que não constavam no contrato anterior, designadamente ao nível dos recursos humanos e da gestão dos refeitórios. -----

-----Relativamente aos recursos humanos, esclareceu que a avaliação do SIADAP – Sistema de Avaliação nas Autarquias Locais, aplicada ao pessoal não docente, incluindo assistentes operacionais e assistentes técnicos passa a ser da responsabilidade do Diretor do Agrupamento. Referiu que competências como o poder de direção, definição de horários, controlo de assiduidade, distribuição de serviço e marcação de férias já se encontravam atribuídas ao Diretor do Agrupamento. Contudo, o Executivo entendeu que a avaliação seria mais justa e adequada se fosse realizada por alguém mais próximo dos trabalhadores, razão pela qual se propõe a delegação desta competência no Diretor. Esclareceu, ainda, que a homologação das avaliações continuará a ser da competência do Senhor Presidente da Câmara, após a aprovação pelo Conselho Coordenador de Avaliação. -----

-----No que respeita aos refeitórios mencionou que a principal alteração consiste na delegação da competência para a aquisição de bens no Diretor do Agrupamento. Referiu que a estreita colaboração entre o Município e o Agrupamento permitiu concluir que esta delegação tornará o processo mais célere e eficiente. Esclareceu que, anteriormente, a aquisição de bens era efetuada pelo Município com base em requisições do Agrupamento. Para o efeito, a Autarquia assegurará a transferência periódica de verbas para o Agrupamento, mediante relatórios sujeitos a acompanhamento e

supervisão por parte da Câmara Municipal, garantindo a correta aplicação dos fundos. Salientou, ainda, que esta alteração teve em consideração as regras da contratação pública, nomeadamente os limites impostos aos fornecedores, os quais eram rapidamente atingidos quando as aquisições eram efetuadas pelo Município, obrigando, por vezes, à aquisição de bens fora do Concelho. Com a nova solução, será possível manter as aquisições junto de fornecedores locais, designadamente no concelho de Celorico da Beira. -----

-----Por fim, informou que a verba a transferir foi definida pelos serviços do Município, no montante de setenta e cinco mil euros, podendo ser ajustada em função da evolução dos preços ou de eventuais necessidades que possam surgir. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Rosa Veloso** questionou se a homologação das classificações pelo Senhor Presidente da Câmara constitui um ato meramente formal ou se poderá ser objeto de alteração. ----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que a avaliação continua a ser homologada pelo Senhor Presidente da Câmara, após a aprovação pelo Conselho Coordenador de Avaliação. Informou que a principal alteração consiste em transferir para o Diretor do Agrupamento a responsabilidade de preencher os formulários de autoavaliação e de avaliação dos trabalhadores, mantendo-se a homologação final da competência do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, com esta solução, é conferida maior autonomia ao Agrupamento na realização do processo de avaliação, tornando-se um procedimento mais justo, por ser efetuado por quem trabalha diretamente com os trabalhadores e conhece a realidade da escola. Acrescentou que, em condições normais, a homologação constitui um ato formal, a realizar no final do processo de

avaliação, nos termos da Lei, respeitando as quotas legalmente estabelecidas, com possibilidade de reavaliação em caso de incumprimento. Referiu, ainda, que não seria sensato alterar posteriormente avaliações realizadas por quem reúne melhores condições para as efetuar, partindo-se do princípio de que o processo decorrerá com normalidade. -----

-----**Nos termos da alínea k), do nº 1 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração do Contrato de Delegação de Competências do Município de Celorico da Beira no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.** -----

-----**8. TARIFÁRIO PARA O ANO 2026 DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o Tarifário para o ano 2026 dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que este ponto e o seguinte da ordem de trabalhos fossem discutidos em conjunto, por incidirem sobre a mesma matéria, sendo, no entanto, objeto de votação individual. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por abordar o ponto relativo ao tarifário social, referindo que o Município deve cumprir as determinações da ERSAR, enquanto entidade reguladora, no que respeita

à definição dos beneficiários e à aplicação dos respetivos tarifários no setor da água. -----

-----Relativamente ao aumento do preço da água, reconheceu o seu impacto, justificando-o com a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira do sistema, face aos investimentos previstos em infraestruturas e às obrigações assumidas, nomeadamente o pagamento da água em alta, à entidade Águas do Vale do Tejo, visando a aproximação progressiva a um nível de cobertura de custos de cem por cento, objetivo que ainda não foi atingido. Referiu ainda as dificuldades financeiras da APAL e a insuficiência de apoios, salientando a necessidade de reabilitação de infraestruturas envelhecidas e de reforço dos meios técnicos, com vista à redução de perdas e ao aumento da eficiência do sistema. Destacou, igualmente, as desigualdades no contexto da coesão territorial, sublinhando que, em territórios com maior densidade populacional, como Lisboa, o custo da água é inferior, uma vez que os encargos são distribuídos por um maior número de consumidores. Acrescentou que, apesar de a água da Serra da Estrela abastecer outras regiões como Lisboa e Coimbra, não existe o devido retorno ou compensação financeira adequada para os territórios de origem, que continuam a suportar os efeitos da baixa densidade populacional. Defendeu a criação de mecanismos de compensação financeira para estes territórios, a reivindicar no âmbito intermunicipal. -----

-----Por fim, informou que o Município continuará a procurar financiamento, designadamente junto do Fundo Ambiental, para investimentos estruturais que ascendem a vários milhões de euros, incluindo a substituição de condutas, a instalação de contadores inteligentes e outras melhorias. Salientou que tais investimentos só são viáveis no âmbito de associações de municípios e em escalas que garantam, no mínimo, cerca de quarenta mil consumidores, condição necessária para acesso a candidaturas, reconhecendo que o aumento tarifário constitui, no atual contexto, uma medida inevitável. -----

-----De seguida, passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos complementares.-----

-----A Senhora **Vice-Presidente, Teresa Cardoso**, informou que o aumento do tarifário é necessário para cumprir requisitos legais, nomeadamente a obrigatoriedade de assegurar a cobertura total dos custos dos serviços de abastecimento de água, águas residuais e resíduos, sob pena de penalizações. Indicou que, atualmente, os níveis de cobertura se situam em cerca de noventa por cento no abastecimento de água, noventa e seis por cento nas águas residuais e noventa e um por cento nos resíduos, encontrando-se em aproximação ao valor exigido. Referiu a obrigatoriedade de convergência tarifária entre os quatro municípios da Associação, estando já concluída na componente da água e em curso no saneamento, onde ainda se verifica algum desfasamento. Destacou que alguns municípios, como Manteigas, tiveram aumentos mais significativos para se aproximarem dos valores definidos. Sublinhou, também, a necessidade de garantir liquidez para fazer face aos investimentos previstos no setor, os quais exigem um esforço financeiro elevado, informando que foram realizadas candidaturas ao Fundo Ambiental, sem sucesso até ao momento, mantendo-se, contudo, a intenção de continuar a procurar financiamento. Mencionou, igualmente, um investimento em curso na Aldeia Rica, no valor aproximado de cento e vinte mil euros, na área do saneamento, sublinhando que este representa apenas uma pequena parte das necessidades globais, que incluem intervenções em condutas, ETAR's e outras infraestruturas essenciais. Concluiu que o tarifário reflete o conjunto destas exigências e necessidades.-----

-----No âmbito do tarifário social, esclareceu que a Câmara Municipal deliberou a adesão às tarifas sociais, sujeita a aprovação pela Assembleia Municipal, visando apoiar munícipes em situação de carência económica, permitindo a redução do valor a pagar pelos serviços. Informou que os beneficiários são identificados nos termos da legislação em vigor, existindo

atualmente setecentos e seis beneficiários, o que representa um encargo para o Município até ao mês de novembro, de aproximadamente quarenta e cinco mil euros, não incluindo o mês de dezembro. Explicou, também, que, no início de cada ano, a DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais fornece uma listagem com os beneficiários elegíveis, no entanto, cidadãos não incluídos nessa listagem podem, posteriormente, requerer a tarifa social, sendo os pedidos analisados pelo Gabinete de Ação Social do Município, mediante avaliação da situação socioeconómica. Por fim, mencionou que a Câmara Municipal procede ao acerto dos valores com a entidade gestora do serviço de água, a APAL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que os beneficiários do tarifário social incluem munícipes que usufruem de prestações sociais, como o complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez e pensão social de velhice, bem como famílias numerosas com rendimentos anuais inferiores a cinco mil, oitocentos e oito euros. Salientou que o número de beneficiários é significativo, tendo em conta a dimensão do concelho. -----

-----O Senhor **Deputado Paulo Achando** salientou que os serviços de água são essenciais ao quotidiano das famílias e representam um encargo direto nas faturas, cujo custo tem aumentado ao longo dos anos. Destacou que o aumento tarifário não deve ser considerado apenas uma decisão técnica, mas também política, exigindo responsabilidade. Reconheceu a necessidade de equilíbrio económico-financeiro e cumprimento das normas regulatórias, mas apontou problemas estruturais, como perdas elevadas de água e fiscalização insuficiente, apelando à gestão eficiente, modernização das infraestruturas e combate a consumos anómalos. Tendo em conta que o aumento ultrapassa a inflação, manifestou o voto contra a proposta apresentada. -----

-----Relativamente ao tarifário social, considerou a Taxa Social da Água uma medida relevante para famílias vulneráveis, mas sublinhou a necessidade de análise transparente e fundamentada dos impactos financeiros para o Município, incluindo estimativa de beneficiários e encargos orçamentais, alertando para a importância de mecanismos de compensação externa. Referiu o enquadramento legal para a elegibilidade de beneficiários domésticos em situação de carência económica, nomeadamente beneficiários de apoios sociais como o Complemento Solidário para Idosos, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família, Pensão Social de Invalidez e Pensão Social de Velhice, entre outros. Nesse contexto destacou a necessidade de esclarecer quantos munícipes efetivamente irão usufruir das isenções ou reduções tarifárias. -----

-----Concluiu defendendo que a responsabilidade financeira deve garantir a sustentabilidade das medidas sociais, avaliando a proposta com base numa visão preventiva e realista dos seus efeitos futuros. -----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho** afirmou que o Município já presta apoio às famílias com menores rendimentos. Salientou que as fugas e perdas de água são inevitáveis devido ao estado atual da rede, pelo que os aumentos tarifários se justificam para permitir melhorias e investimentos nas infraestruturas. Referiu que, embora o aumento dos preços de serviços básicos seja sempre sensível para os munícipes, é necessário ajustar os tarifários de forma equitativa entre os municípios que integram a APAL, destacando que Manteigas será mais afetado, enquanto Celorico da Beira, Guarda e Sabugal também terão de adequar os preços, garantindo equilíbrio financeiro e capacidade de investimento. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** manifestou que o aumento do preço da água não é a medida mais indicada. Referiu que, embora a APAL não disponha de situação financeira sólida para responder às

necessidades, esta questão deveria ter sido prevista aquando da criação da empresa. Destacou que o aumento do preço é uma infelicidade, especialmente considerando que o Concelho fornece água a Coimbra e à capital, sugerindo que o Município reivindique compensações, mesmo que simbólicas, pelo fornecimento desse bem. -----

-----Quanto às tarifas sociais, afirmou total apoio à sua implementação, defendendo que não devem ser questionadas, sobretudo num Concelho com uma população envelhecida e reformas muito baixas, reforçando a importância de manter o carácter social do Concelho e do Estado, garantindo proteção social, principalmente, à população idosa. -----

-----O Senhor **Deputado Paulo Achando** pediu a palavra para esclarecer que a bancada do PS não se opõe à implementação das tarifas sociais, mas defende que a medida seja mais abrangente e quantitativa. ----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que, embora o ideal fosse que os consumidores pagassem pouco ou nada pelos serviços de água, é necessário os custos entre os munícipes, a Câmara e entidades externas, como o Fundo Ambiental, cujas contribuições não são permanentes. -----

-----Relativamente às tarifas sociais, esclareceu que os custos anuais rondam os cinquenta mil euros, aplicando-se o princípio de justiça, garantindo que quem tem mais dificuldades pague menos. Destacou que o esforço atual visa reduzir perdas, furtos de água e desperdícios nos equipamentos públicos, incluindo jardins, campos de futebol, Juntas de Freguesia, igrejas, cemitérios e fontanários. Indicou que, de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco, as perdas de água reduziram em quarenta mil setecentos e setenta e nove metros cúbicos, graças à atuação da APAL, na deteção de fugas, desvios e roturas. Sublinhou a necessidade de investir em novos contadores e equipamentos mais eficazes de modo a diminuir custos futuros, lembrando que apenas cerca de cinquenta por

cento da água fornecida é faturada, e que a cobrança total permitia reduzir significativamente o valor pago pelos consumidores. Referiu que a APAL pretende obter financiamento através do Fundo Ambiental para apoiar obras de reabilitação e modernização, minimizando custos para os municípios. -----

-----Concluiu que a repartição de custos é a solução mais justa, reconhecendo que a desigualdade na coesão territorial se mantém e afirmando que, caso o Município tivesse capacidade financeira, seria desejável suportar todos os encargos, sem descuidar a componente social, sobretudo num território marcado por dificuldades económicas e escassez de recursos. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção, aprovar o Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, para o ano 2026.** -----

-----**9. PROPOSTA DE ADESÃO AO REGIME DE TARIFA SOCIAL PREVISTO NO DECRETO-LEI Nº 147/2017, DE 5 DE DEZEMBRO (REGIME DA TARIFA SOCIAL RELATIVA À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS)**-----

-----Sobre o assunto em título, foi submetida à apreciação e votação deste Órgão a proposta de adesão ao regime de tarifa social previsto no Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro (Regime da Tarifa Social relativa à prestação dos serviços de águas, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão ao regime de tarifa social previsto no**

Decreto-Lei nº 147/2017, de 5 de dezembro (regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de águas), nos termos e fundamentos constantes na proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----**Mais deliberou que retroaja efeitos à data de aprovação do tarifário para 2026 pela Câmara Municipal.**-----

-----**10. SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÁRIA HELENA SUSANA CARDOSO BELO**-----

-----Pelo Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, foi presente ofício da CPCJ (registo n.º 8), solicitando a designação de novo elemento, para substituição da Comissária demissionária Helena Susana Cardoso Belo, com base no disposto no art.º 17, alínea l) da Lei nº 147/99 de 1 de setembro.-----

-----Pela Bancada do PSD foi apresentada à Mesa da Assembleia Municipal a proposta de designação da cidadã Hélia Susana Granjal Trindade para substituição da comissária cessante na CPCJ de Celorico da Beira.-----

-----**Colocada à votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com duas abstenções.**-----

-----**A Senhora Deputada Hélia Susana Granjal Trindade absteve-se, por ser nomeada para comissária da CPCJ.**-----

-----**11. RELATÓRIO/QUESTIONÁRIO DE ATIVIDADES DA CPCJ – 2025**-----

-----Foi presente pela Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** uma informação da CPCJ de Celorico da Beira, para a Assembleia Municipal tomar conhecimento do Relatório relativo à composição, funcionamento e atividade, referente ao ano de 2025, conforme

documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, ficando também à disposição dos Senhores Deputados para consulta, no Gabinete da CPCJ da Autarquia. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**12. VEREADORA A TEMPO INTEIRO**-----

-----Foi presente informação (registo interno nº 2281), dando conhecimento que a Senhora Vereadora Ana Cristina Dias Pires foi designada Vereadora em regime de tempo inteiro, nos termos do disposto na norma conjugada dos nºs 1, alínea d), nº 2 e 4 do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, atualizada pela Lei nº 69/2021, de 20 de outubro, assumindo os pelouros do Património, Cultura e Ciência, bem como da Promoção do Desenvolvimento e respetivos gabinetes. -----

-----O Senhor **Deputado Paulo Achando** manifestou discordância relativamente à proposta de nomeação de mais um vereador em regime de tempo inteiro, aprovada em reunião de Câmara Municipal. Defendeu que, face à dimensão do Município, a legislação aplicável estabelece um limite máximo de dois vereadores em regime de permanência, sendo que a ultrapassagem desse limite levanta questões jurídicas, éticas e institucionais, podendo afetar a credibilidade das instituições e a confiança da população. Salientou que, num contexto de exigência de rigor financeiro, não se justifica o aumento de cargos remunerados, entendendo que a proposta transmite um sinal negativo quanto ao respeito pelos princípios da boa gestão pública. Apresentou ainda comparações com outros municípios, como Covilhã e Guarda, referindo que a proporção entre eleitores e membros do Executivo seria significativamente inferior no concelho, o que reforça a sua discordância quanto à adequação da medida. Referiu, igualmente, que a proposta foi remetida à Assembleia

Municipal apenas para conhecimento, sem parecer jurídico, e admitiu a possibilidade de ter sido influenciada por pressões externas, considerando que tal decisão não se justifica, sobretudo no contexto do último mandato do atual Presidente. Por fim, apelou a uma reflexão responsável, reiterando a oposição à medida e sublinhando a importância da defesa da legalidade, da integridade institucional e da dignidade do poder local. -----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho** referiu que a questão exposta pelo Senhor Deputado Ihe suscita alguma falta de lógica, considerando que, na sequência dos resultados eleitorais, compete ao Município e ao Senhor Presidente da Câmara decidir sobre a aceitação ou não da respetiva nomeação. Observou que tal decisão já foi objeto de apreciação e aceite em reunião do Executivo, questionando o papel da Assembleia Municipal quanto à sua conformidade legal. Salientou, ainda, que, embora não seja uma situação recorrente, já ocorreram casos semelhantes no passado, devendo prevalecer o entendimento do Executivo quanto à mais-valia da nomeação.-----

-----Por fim, mencionou que o Senhor Presidente da Câmara já referiu que as valências da Senhora Vereadora não se encontram atualmente asseguradas no Executivo, considerando-se que a sua integração poderá trazer benefícios para o Concelho e para os munícipes, não sendo entendida como ilegal.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu ter ficado estupefacto com a intervenção do Senhor Deputado Paulo Achando, considerando que a mesma foi marcada por considerações de natureza ética e moral que considera desajustadas e inoportunas. Referiu que a posição do Partido Socialista revela incoerência, na medida em que o assunto em causa foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, com o voto favorável do PS. Acrescentou que os exemplos apresentados de outros municípios não são comparáveis, lembrando que, nos termos

legais, são eleitos o Presidente e um Vereador, dependendo os restantes das prerrogativas do Presidente e do Órgão Executivo. Salientou, ainda, que a apresentação do assunto à Assembleia Municipal, para conhecimento, não era obrigatória, tendo sido realizada por uma questão de transparência, não existindo, no seu entender, qualquer falta de ética. Referiu, igualmente, que em mandatos anteriores, designadamente no Executivo liderado pelo Eng.º Faria de Almeida, existiram três Vereadores a tempo inteiro, para além do Presidente, situação que não se repetiu até à presente data. Acrescentou que a nomeação da Dr.ª Cristina é um ato legítimo, resultante da escolha dos eleitores, não configurando qualquer ilegalidade, e que foi precedida de parecer jurídico prévio para assegurar enquadramento legal. Referiu ainda que a Senhora Vereadora integrará o Executivo com o objetivo de acrescentar valor ao Concelho, assumindo áreas como o ambiente e o património, entre outras, salientando que nem todos os lugares de nomeação política se encontram atualmente preenchidos.-----

-----Por fim, destacou a necessidade de acompanhamento contínuo de diversos processos, nomeadamente nas áreas do turismo, projetos estruturantes, dinamização da zona industrial, património e registos, sublinhando que, em estruturas de menor dimensão, os cargos políticos acumulam frequentemente funções técnicas, sendo a integração de novos elementos uma forma de reforçar a articulação entre decisão política e execução técnica.-----

-----De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Vereador Emanuel Barata, que a havia solicitado, para prestar esclarecimentos. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador Emanuel Barata** referiu não se rever na declaração apresentada pela bancada do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente a proposta em reunião de Executivo. Acrescentou que, existindo um elemento com competências e conhecimento para exercer funções no Município, a sua nomeação é

legítima, atendendo a que o Partido Social Democrata elegeu quatro elementos, dispondo, assim, do respetivo enquadramento legal. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Nos termos regimentais, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu à aprovação, em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão, para efeitos de eficácia imediata, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

-----O Presidente da Mesa -----

-----A Primeira Secretária -----

-----A Segunda Secretária-----
